ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2008

ACTA Nº 26

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – 1ª. Revisão ao Orçamento 2008 e Grandes Opções do Plano 2008/2011

2 – Fortuna Artes e Ofícios – emissão de parecer de Interesse Público Municipal

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Domingos Rodrigues da CDU
- Sr. Pedro Ramos da CDU
- Sr. Engº. Carlos Alberto Martins do PS
- Sr. Faustino Santos do PS
- Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD
- Sr. Carlos Guinote do BE

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador José Braz Pinto

- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Domingos Rodrigues justificou ausência à sessão de hoje, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José Conceição Pato que se encontra presente.
- Sr. Engº. Carlos Alberto Martins justificou ausência à sessão de hoje, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Vítor Fonte que se encontra presente.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Por se tratar de uma sessão extraordinária não haverá lugar à intervenção do público, pelo que de imediato dá início ao Período da Ordem do Dia.

1 – 1ª. Revisão ao Orçamento 2008 e Grandes Opções do Plano 2008/2011

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir alguns esclarecimentos à proposta.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.
Em relação à proposta diz que dada a sua natureza e a forma como está organizada, discriminando praticamente todas as rubricas que são sujeitas a alteração, não vai tecer comentários e procurará esclarecer eventuais questões que venham a ser colocadas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.
Em relação à proposta apresentada diz que todos sabem a posição do Partido Socialista quanto às GOP 2008/2011 e Orçamento de 2008.
Esta revisão já foi objecto de uma reunião de Câmara onde, de uma forma inequívoca, transparente e assertiva, o Partido Socialista através dos seus Vereadores expressou a sua opinião. Esta revisão não revê o que está errado, não revê o que para o Partido Socialista não é substantivo pelo que não se revêem no Orçamento e muito menos nesta revisão. Por este facto, e para não ser martirizante para a Assembleia, não vai dirimir toda a dialéctica e todos os argumentos que foram apresentados pelos Srs. Vereadores. Seria redundante dizer que não

estão de acordo e que esta revisão não lhes merece melhor leitura que o Orçamento, pelo que a bancada do Partido Socialista vai votar contra.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que se trata de uma revisão necessária para afectar receitas e especificar as despesas que vão ser financiadas em virtude do empréstimo, do saldo de gerência transitado do exercício anterior e fundos provenientes de candidaturas a determinados programas.

Não há grandes surpresas em termos de aplicação dessas verbas porque no essencial é o que foi anunciado no Orçamento, com excepção de uma rubrica para contingências relacionadas com as intempéries do mês de Fevereiro, pelo que não há qualquer elemento de surpresa.

Faz votos para que sejam minimizadas as alterações orçamentais ao longo do exercício. Reconhece que são necessárias porque tem que haver alguma flexibilidade, mas devem ser minimizadas sob pena de o documento de planeamento financeiro que é o Orçamento acabar por ser completamente alterado ao sabor dos acontecimentos o que lhe parece objectivamente negativo.

Confirma-se que nesta revisão existe uma relação de quase um para três entre as despesas de capital, ou seja, o investimento no futuro do concelho, e as despesas correntes. Mais uma vez reafirmam a preocupação do PSD, que foi partilhada também pela bancada do PS, e tudo o que disseram em relação ao Orçamento é aplicável nesta revisão pelo que irão abster-se na votação desta proposta.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções pergunta à Sra. Presidente se pretende usar da palavra.

Sra. Presidente da Câmara, diz que compreende que sejam feitas apreciações de fundo que não levem a aprovar esta revisão mas gostaria de referir um ou outro aspecto mais particular.

Em relação à modificação do capítulo da despesa, nomeadamente o aumento das despesas correntes, gostaria de sublinhar aquilo que já tem sido dito em outras ocasiões que é o facto de haver determinadas áreas que são claramente de investimento na vida das pessoas, não sendo obra, como são os transportes escolares, os pagamentos à Simarsul e Amarsul. São encargos que não podem ser minimizados, antes pelo contrário, tenderão mesmo a crescer nos próximos anos. O próximo Orçamento, provavelmente, terá estas três rubricas mais pesadas o que contribui para o aumento dos custos das despesas correntes que são incontornáveis porque não dependem das opções da Câmara.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU, 5 votos contra do PS e 3 abstenções do PSD. Aprovado em minuta.

2 – Fortuna Artes e Ofícios – emissão de parecer de Interesse Público Municipal

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento complementar à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, diz que gostaria de enquadrar o assunto porque a proposta não refere a razão pela qual se propõe a emissão deste parecer de Interesse Público Municipal.

Tem a ver com o processo de licenciamento junto do Parque Natural da Arrábida de todas as construções que existem no Fortuna Artes e Ofícios.

Como é do conhecimento de todos os Srs. Membros da Assembleia trata-se de um projecto muito antigo que foi construído cheio de generosidade, boas intenções e muito sonho pelo Sr. Sebastião Fortuna mas muito à margem da realidade. Sucede que o que está construído ultrapassa claramente aquilo que, de acordo com as regras do Parque Natural da Arrábida, caberia num acto normal de licenciamento da Câmara. Por essa razão será necessário a emissão deste parecer porque permitirá que o Parque Natural aprecie uma situação que excede claramente os índices de construção para a zona.

O resto do processo é do conhecimento de todos e concerteza recordam que quando foi aprovada a constituição da Adrepal, e a pedido do Sr. Sebastião Fortuna, procurou-se contribuir para resolver a situação de grande dificuldade financeira em que o próprio se encontrava. A primeira preocupação foi o pagamento de dívidas e a sua negociação com os trabalhadores, fornecedores, banca, finanças, segurança social, etc., sendo que este processo ainda não está completamente regularizado. Tem-se procurado desenvolver actividades que, não descaracterizando nada do ali é feito antes pelo contrário insistindo na sua originalidade, ajudem a complementar o usufruto do espaço tornando-o economicamente mais rentável.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum Membro pretende intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que durante muitos anos teve o privilégio de ter um professor, mais que isso porque foi um mestre, o poeta António Gedeão. Foi seu professor de físico-química, foi um homem capaz de fazer um poema tão bonito como "A Pedra Filosofal" que ainda hoje o comove quando pensa nele e quando o canta. É curioso como é que um homem daqueles, que matou o poeta antes de morrer porque o poeta morreu antes dele, fez um poema onde se dizia *"…sempre que o homem sonha o mundo pula e avança como bola colorida nas mãos de uma criança…".*

Sebastião Fortuna fez isso: teve um sonho, que foi acompanhado de perto pela sua pessoa, e a maneira como ele idealizou aquele espaço, como o concebeu, para o que o queria, como o queria, era e foi, um sonho lindo.

Fez o paralelismo com António Gedeão porque também ele era um homem do dia a dia, das coisas da física e dos fenómenos físicos, mas que soube gotejar a sua veia de poeta, de sonhador, com o rigor de um homem que se dedica às coisa da física.

Se a Sebastião Fortuna coube o grande mérito do sonho, à Câmara Municipal não coube o mérito de pôr os pés no chão. Em sua opinião quando aquele projecto nasce e começa a crescer, a Câmara devia ter tomado atenção ao enquadramento da estrutura. Todos conhecem os constrangimentos decorrentes da localização do projecto e ninguém se sentiu agredido por aquela construção surgir onde surgiu. Quando se deixou que Sebastião Fortuna avançasse e que o sonho passasse à realidade, não teve o amparo nem o rigor necessário. Cabia à Câmara Municipal, como está a acontecer neste momento, criar os mecanismos e as estruturas para, em tempo útil, dar a sustentabilidade a esse sonho. Passados três anos é que se vai dar a sustentabilidade que já se devia ter dado há muito tempo. A Câmara tem que tomar conta da coisa pública, da coisa municipal.

Se são precisos sonhadores como o Sebastião Fortuna também se precisa de uma Câmara com os pés assentes no chão e capaz de ver um pouco mais longe do que o imediatismo e os proveitos que poderia tirar de ter aquela construção naquele local.

É um reparo sentido que faz à Câmara Municipal: os sonhos têm que ser apoiados mas bem balizados porque não se pode desperdiçar tempo nem dinheiro. Aqui o Partido Socialista verbera o *laisser faire laisser passer* deste processo que devia ter acabado há muito tempo e que só agora se está a formalizar.

Deste modo a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta, fazendo um reparo à Câmara Municipal no sentido de estar atenta a matérias tão delicadas quanto esta.

Sr. Faustino Santos do PS, inicia participação nos trabalhos pelas 21,36 horas

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que concorda na generalidade com intervenção do Sr. Dr. Miranda Lemos e queria lembrar que Sebastião Fortuna é uma pessoa que tem lutado toda a vida pela valorização das actividades tradicionais do concelho, no seu sector. Lutou contra muitas adversidades e, apesar de ser lutador, viveu momentos de algum abatimento porque nem sempre o que é socialmente útil é rentável.

Em sua opinião esta declaração de Interesse Público Municipal é um dever do nosso município perante alguém que teve um papel único em divulgar certas práticas ligadas ao artesanato e à actividade conexa de Palmela. Daí que tenha concordado com o envolvimento da Câmara Municipal neste empreendimento, quando chegou a altura disso acontecer, e que se concorde com a declaração de Interesse Público Municipal como forma de dar um novo sopro, e um novo ânimo, a este projecto de forma a não permitir que ele possa vir a esmorecer.

É evidente que licenciar construções *a posteriori* no Parque Natural é sempre algo que nos dilacera um pouco, mas neste caso os valores e as construções no local justificam que haja a legalização das construções feitas. Deste modo, a bancada do PSD nada tem a opor a esta proposta camarária que irão votar favoravelmente.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que das palavras do Sr. Dr. Miranda Lemos poder-se-á ter depreendido, não sabendo se foi essa a intenção, que a Câmara em todo o período que precedeu a aquisição daquele equipamento não terá feito nada ou terá feito muito pouco.

Não é conhecedor do processo na dimensão da legalização do espaço, que passa também pela autorização de licenciamento por parte do Parque Natural da Arrábida, pelo que não sabe se já poderia ou não ter sido feito há mais tempo e sobre isso não se vai pronunciar.

Não acha justo uma crítica mais alargada que é feita á Câmara Municipal e neste momento à Adrepal. A Câmara teve uma herança pesada com um défice que exigiu um saneamento financeiro de cerca cento e cinquenta mil euros, com dívidas à segurança social, com trabalhadores na área da cerâmica artística, com necessidades de recuperação logística que aconteceram há pouco tempo, com necessidade de relançamento do projecto de índole cultural que precisa de algum tempo para se consolidar. Nesse sentido tem sido feito um esforço da entidade gestora, nomeadamente na ligação às agências de viagens, às escolas, ao mundo empresarial com a abertura às empresas no sentido de realizarem acções de formação e workshops, etc., e muito trabalho ao longo dos últimos anos. Por isso não lhe parece que seja justo dizer que durante este período houve uma espécie de inércia e de letargia por parte da autarquia, e neste momento da Adrepal que é a entidade gestora.

O projecto que a Câmara tem de criar no local um centro interpretativo arqueológico, ambiental e paisagístico integrado num projecto de turismo cultural mais alargado é seguramente um aspecto de divulgação e promoção do património local e cultural que importante sublinhar.

Em sua opinião ainda existe algum défice, nomeadamente a própria freguesia que ainda não se apropriou do espaço e na promoção e divulgação do equipamento, mas não lhe parece justo porque a crítica não tem conta o trabalho de saneamento financeiro, recuperação, lançamento da imagem que tem sido feito pela autarquia.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, refere que considera injusta a apreciação que foi feita em relação a todo este processo.

Concorda com os Srs. Drs. Miranda Lemos e Bracinha Vieira em relação à apreciação do valor humano, artístico do Sr. Sebastião Fortuna porque se não houvesse essa avaliação e consideração provavelmente a Câmara Municipal não se teria envolvido neste processo. Há que ter a consciência de que, para além daquele património em concreto e da escola que o equipamento constituiu, teve na sua origem uma pessoa que tem todos os predicados já referidos e que teve a capacidade de construir tudo aquilo.

Gostaria de deixar a opinião, ou visão, que se deve ter sobre aquele espaço. Não se pode ter simultaneamente numa mão o apoio ao lado artístico do Sr. Sebastião Fortuna, ao lado um pouco lunático pedindo desde já desculpa pelo uso da expressão mas que é verdade, e querer que a Câmara seja absolutamente e incontornavelmente rigorosa. Se o tivesse feito a oficina do Sr. Sebastião Fortuna teria que ser fechada, e se não fosse a Câmara a fazê-lo o Parque Natural da Arrábida fá-lo-ia agora. Não foi a Câmara que não emitiu as declarações e licenças que tinha

que emitir para o Espaço Fortuna foi o Parque Natural da Arrábida. É preciso saber que o Parque apoiou financeiramente e teve um protocolo com o Espaço Fortuna e agora, aquando da elaboração do PROTAML e do pedido de elementos que a nova sociedade, a Adrepal, veio fazer, o Parque veio dizer que o espaço não estava licenciado e não era compatível com o regulamento para aquela zona. A Câmara Municipal não fazia a mínima ideia que uma instituição que chegou a ter um protocolo com o Parque não tivesse sido licenciada pela entidade que tinha competência para o fazer na altura. Não tem consciência se foi a Câmara Municipal que falhou nesta situação no entanto gostaria de dizer que, na sequência do que foi dito pelo Dr. Valentim Pinto, não foram cento e cinquenta mil euros mais muito mais. As dívidas a trabalhadores, fornecedores, banca e segurança social, parcialmente porque ainda não está resolvido, são superiores a meio milhão de euros e a situação tem sido muito difícil.

Pedindo desde já desculpa aos Srs. Membros da Assembleia, quer dizer que podem discordar de muita coisa mas relativamente a este projecto muitas pessoas, inclusive os Srs. Vereadores do PS e PSD em reunião de Câmara, intervieram várias vezes no sentido de se apoiar e ajudar este espaço pelo que julga não ser possível ter um peso em cada mão neste.

Reafirma que se a Câmara tivesse sido absolutamente rigorosa teria que ter fechado o espaço e não vale a pena iludir com a ideia de que se podia ter conseguido. Não se conseguiu nunca, e a Câmara Municipal tentou tudo junto do Sr. Sebastião Fortuna para que as coisas fossem feitas de acordo com as regras. De facto atingiu uma dimensão em que ou se mudavam as regras todas para que se adaptassem à construção existentes ou tinha que se encontrar outras soluções e saídas possíveis e esta declaração é uma delas.

Sr. Presidente da Mesa, pensa que o assunto já está mais que esclarecido mas vai dar a palavra ao Sr. Dr. Miranda Lemos.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que não está nem nunca esteve em causa o apoio que a Câmara deu. Em sua opinião o mecanismo agora encontrado e que está hoje em discussão é que poderia ter aparecido há mais tempo.

Sr. Presidente da Mesa, diz que também conhece este processo e sabe como se tem processado. Agarrando as palavras do Sr. Dr. Miranda Lemos em relação a António Gedeão quer dizer que os artistas nem sempre sabem fazer contas.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 23 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS e 3 do PSD). Aprovado em minuta.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que só hoje é que a bancada do Partido Socialista soube, e com preocupação, do que sucedeu ao Sr. Membro Domingos Rodrigues. Em nome da bancada e, muito sinceramente, expressa um voto de rápidas melhoras e coloca-se à disposição para alguma coisa que seja necessário.

Sr. Presidente da Mesa, diz que, infelizmente, o Sr. Domingos Rodrigues teve um acidente vascular cerebral que lhe afectou um bocado a voz mas, felizmente, já está em sua casa a recuperar muito bem. Espera que a recuperação seja rápida e que em breve esteja presente nesta Assembleia.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 21,50 horas do dia 28 de Abril de 2008, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 28 de Abril de 2008